

## DEBATE:

### CENSO DEMOGRÁFICO E IDENTIDADE

**Ary Txay** (Salvador-Ba)

**Celene Fonseca** (Salvador - Ba)

**José Carlos Bahiana Machado Filho** (Salvador - Ba)

**Marco Antônio Soares** (Porto Alegre - RS)

**Sidney Soares** (da comunidade Orkut Sou Indiodescendente)

#### À GUIA DE INTRODUÇÃO

Pensar faz bem a todo mundo. A filosofia e as ciências não teriam evoluído sem a discussão, o debate, o questionamento; muitos até pagaram esse preço com a própria vida.

Certas discussões levaram algum tempo até chegar ao Brasil, por diversas razões, inclusive pelo fato de que vivemos uma ditadura militar de vinte anos ao longo de 1964/1985.

Até poucos anos atrás poucos textos didáticos do ensino médio não discutiam questões relacionadas à escravidão indígena no Brasil colonial, para citar um exemplo. Limitado aprofundamento sobre o colonialismo, escravidão, dependência, nacionalidade etc contaminaram as críticas sobre identidade, cotas, censo populacional e as categorias sociais (quem é indígena? Quem é negro? Quem é pardo? Quem é – ou se considera – Mestiço?) .

Portanto, é natural que aos poucos surjam pessoas desejosos de ir mais fundo nessas questões. O debate que segue é uma contribuição para a pintura desse cenário.

#### **Ary Txay (Salvador – Ba)**

Editor do site **Unid Brasil**

---

**Email de:** Marco Antonio Soares

**Para:** Unid Brasil

Gostaria de saber a posição deste importantíssimo movimento sobre coisas que estão ocorrendo neste momento nos levantamentos do censo 2010 do IBGE.

Abaixo o conteúdo de um email enviado por mim ao referido instituto:

*Investiguei em redes sociais da internet e descobri que há um amplo processo de indução de entrevistados na questão do quesito "cor ou raça" do atual censo.*

*Especificamente na questão da opção "indígena" está ocorrendo migração massiva de pessoas auto-declaradas indígenas para outras alternativas, no caso "branca" e "parda", por conta da questão da menção a etnia específica e língua nativa falada a ser aferida entre os recenseados.*

*Em consulta anterior ao início do censo 2010 obtive a resposta de que haveria a manutenção da opção inicial de cor/raça indígena independentemente do entrevistado assinalar ou não uma etnia e língua falada, o que não está ocorrendo, na prática, por indução dos entrevistadores, já que só os mais conscientes "insistem" em manter a auto-declaração inicial ( este foi o termo utilizado por um recenseador num site de relacionamentos).*

*Já não bastasse o absurdo do termo 'indígena', que não corresponde a identidade racial e sim a uma forma de organização coletiva cultural e juridicamente parcialmente descolada da "sociedade nacional", fazer com que a maioria dos nativo-descendentes optem pela categoria "parda" (uma abstração sem sentido ) como forma de indicar a condição mestiça e desetnizada ( mas não dissociada da matriz ameríndia) o IBGE ainda acresce esta questão de etnia e língua com o intuito de dificultar ainda mais o auto-reconhecimento nativo-brasileiro.*

*Além do mais a categoria "parda" está sistematicamente sendo apropriada pelos movimentos de defesa das questões dos negros e afro-descendentes.*

*Embora o instituto diga que não opera esta "manobra" fica bem claro que o faz de forma propositadamente conivente, pois nunca vi ou li nenhuma manifestação em contrário.*

*Só pelo fato de ter substituído a nomenclatura 'negra' por "cor preta" já indica a intenção de permitir aos movimentos negros e institutos de análises sociais a operação de agregação, já que historicamente a população afro-descendente tem dificuldades de auto-identificar-se assim e as reivindicações por políticas de ações afirmativas requerem um substrato populacional que possa balizá-las.*

*Na verdade trata-se de permitir uma compensação aos movimentos negros sem mexer nas categorias e metodologias que garantem sempre um falso e artificial segmento "branco" em proporção muito além do realmente existente no Brasil.*

Qual a posição da UNID sobre esta questão ?

Haveria a possibilidade de uma ação, inclusive judicial?

Desde já obrigado pela atenção.

No aguardo de uma resposta.

Abraços.

Gostaria que me enviassem a resposta prometida.

Aproveito para deixar umas considerações abaixo transcritas:

A nova classe média do país é jovem e afrodescendente

Brasília - A nova classe média brasileira é predominantemente jovem, composta em sua maioria por afrodescendentes, com menos gente com problemas de peso e mais famílias chefiadas por mulheres, segundo divulgou nesta terça-feira o Ibope. De acordo com o levantamento Classe C Urbana do Brasil: Somos Iguais, Somos Diferentes, em Salvador, por exemplo, 41% das pessoas que fazem parte dessa faixa da população são negros e, em Brasília, 22%.

As mulheres chefiam 32% dos lares na classe C, enquanto nas classes AB essa porcentagem é de apenas 25%. Isso demonstra que nesta categoria econômica, "as mulheres têm maior poder de decisão de compra", segundo diretora comercial do Ibope Mídia Brasil, Dora Câmara.

De acordo com a pesquisa, apenas 27% da classe C1 estão acima do peso, contra 31% da AB1, em "decorrência direta de menos excessos na alimentação somado a mais mobilidade física rotineira". A pesquisa foi feita com 20 mil indivíduos, entre 12 a 64 anos, nas nove principais regiões metropolitanas do Brasil, entre fevereiro e maio de 2009, e concluída em janeiro de 2010. Cada entrevistado teve de responder mil perguntas.

É claro que consideraram pardos como afrodescendentes...

Toda vez que isso acontece nós, indiodescendentes, desaparecemos!

O INDIODESCENDENTE É O POVO INVISÍVEL

**Marco Antonio Soares**

---

**Email de:** Sidney Soares, dono da comunidade do orkut "Sou indiodescendente

**Para:** Unid Brasil

Esta invisibilidade daria uma boa monografia.

Até pensei em dedicar a minha dissertação a este tema mas considerando os tópicos que geram discussão nesta comunidade (se fulana parece ou não índia) tenho dúvidas se é uma identidade étnico-racial válida e realmente existente.

Quanto aos "pardos" eles são objetos de uma disputa política que envolve visões distintas de mundo e das relações sociais.

De um lado os universalistas apregoam que uma sociedade só pode basear-se no indivíduo como receptáculo de direitos sociais. Utilizam as representações em torno da "identidade nacional mestiça" e do conceito de "democracia racial" para reforçar as teses que deslegitimam o esforço de mobilização em torno de identidades raciais e étnicas que visam a conquista de direitos.

Já os multiculturalistas apregoam a necessidade de se considerar o "coletivo particular" na abordagem das relações sociais e conseqüentemente nas políticas públicas. Os indivíduos devem ser considerados enquanto pertencentes a grupos étnico-raciais entre outros recortes.

Para estes últimos os 'pardos' não representam uma categoria de indefinição racial nem uma identidade própria descolada das matrizes raciais. Constituem apenas um extrato que expressa

a gradação cromática vinculada a miscigenação, mas que, pelo critério da hipodescendência (os mestiços são computados junto aos grupos historicamente subordinados em determinada sociedade), são considerados como parte dos grupos raciais matriciais.

Como o movimento que levanta esta bandeira multiculturalista é o movimento negro eles reivindicam esta gradação (pardo) como sendo em sua totalidade parte do segmento afro-descendente, desconsiderando (não por desconhecimento mas por deliberação política e estratégica) que boa parcela é nativo-descendente.

É uma questão política que se não for objeto de mobilização e reivindicação por parte dos índio-descendentes continuará do mesmo jeito.

Considerando que a população nativo-descendente não é privilegiada em termos sociais ela deveria ser objeto ativo no processo que busca implementar ações afirmativas e discriminações positivas e não um objeto passivo (aquele que cede espaços e bens considerados privilégios).

**Sidney Soares**

---

**Email de:** unidbrasil

**Para:** Marco Antonio Soares

Caro Marco Antônio: é com satisfação que responderemos pelo menos parte das suas indagações. Aguarde, por favor. Agradecemos a sua contribuição, abraço forte,

**Ary Txay**

---

**Email de:** unidbrasil

**Para:** Marco Antonio Soares

Pela insistência, pela forma como faz as perguntas ou indagações, Marco Antônio revela-se um animal raro... A cada dia encontramos menos pessoas desse calibre.

Às vezes somos tomados pela solidão e pelo isolamento, pelo assédio do senso comum, pelos créditos que as nossas escolas (médias e de terceiro grau) ficam devendo ao alunado. Isso acontece muito no nosso país - notadamente em Salvador - quando o tema é indianidade e negritude cultural. Tem mais gente interessada em ganhar uma bolsa da Ford Foundation para isso ou para aquiloutro. Enfim, as questões anotadas, levantadas pelo Marco Antônio são múltiplas, interessantes, pouco estudadas pelo campo acadêmico brasileiro. Que bom se 1% dos educadores destinados a aplicar a Lei 1145/08 estivessem essa sede questionadora.

A filosofia e a pedagogia contemporâneas caíram na real, faz um bom tempo. As verdades estão aí, provisoriamente. O jogo político e dos interesses corporativos é capaz de encorajar intelectuais de alta titulação a fazer afirmações do tipo: "as línguas indígenas são de pouca importância... apenas localizadas...", "... afrodescendente pode ser, pois refere-se ao continente africano, mas indíodescendente, não pode..." e até um presidente da FUNAI (!) pode ser vítima de um circuito neurológico - como aconteceu - e afirmar que só reconhece como indígenas os indivíduos tutelados, nascidos e criados em aldeias (só faltou dizer

"vestidos de tanga e usando cocar", algo como só reconhecer a condição de afrodescendente se for preto.

Lamentavelmente alguns jovens (a geração antiga não tem interesse por essa discussão, muito menos os índios do Parque do Xingu) do Nordeste e outras regiões (ressurgidos ou resistentes) são cooptados pela força política, por ilusórias promessas partidárias e transformam valores ancestrais em escudos frágeis, fecham espaço para a sociedade real, constroem um projeto que não passa pelo estudo, reflexão e questionamento dos saberes cristalizados, capaz de dar um salto sobre as "famigeradas" cotas. Em meados de 2005/6 uma proposta (PL) para instituir a "Semana da Consciência Indígenana" (iniciativa de indiodescendentes de Salvador) foi vergonhosamente extraviada, desapareceu, simplesmente, após ter recebido parecer favorável em mais de uma comissão e encaminhada à mesa para votação. Na condição de dirigente da UNID, em meados de 2008, fui agredido verbalmente (em espaço público e solene) por um grupo de jovens indígenas cotistas da UFBA, não ficaram claros os motivos, mas desconfio que os associados da UNID deveriam ter solicitado autorização às lideranças indígenas das aldeias (caciques ou "militantes") para poder se afirmar como "indígenas", "indiodescendentes" ou "indigenodescendentes".

No entanto, às vezes somos surpreendidos, positivamente, pelo poder público. Em meados de 2007/8 o Ministério Público da Bahia passou a admitir entre os seus bolsistas cotistas "negros" e "indiodescendentes". No começo deste ano (2010) a UNID foi instada a endossar (trazendo mais argumentos) as declarações de indianidade (autodefinição indígena) firmadas por alguns cotistas aprovados em vestibular da UNEB. Consideramos um avanço, mas também um embaraço burocrático (Vide último Editorial no nosso site), afinal, advogamos a liberdade do cidadão para afirmar a sua origem, a sua ancestralidade, independente de tutelas. Vejam, amigos, nem todo mundo sabe que existe uma guerra, muitas barreiras invisíveis, a partir do momento em que alguém ou alguns afirmam-se com indígena (não sendo tutelado pela FUNAI) ou simplesmente indiodescendente. Um conhecido antropólogo domiciliado em Salvador teve a petulância afirmar - tenho arquivo - que "não reconhecia os indiodescendentes..."). Felizmente ninguém solicitou a esse "professor" uma anistia, batismo ou fichamento.

O Marco Antônio também é um dos estudiosos preocupados com a questão censitária. Tem toda a razão, essa é uma questão relevante, quase nunca discutida no âmbito da universidade, nos centros de pós graduação. Ora, a categoria "pardo", o seu contexto político, demográfico-censitário, cultural, dá pelo menos uma meia dúzia de dissertações e teses. O prefeito de Salvador, Sr. João Henrique, certamente lendo discurso elaborado pela sua assessoria cultural (étnica?), no primeiro ano do seu governo (o PT ainda fazia parte) declarou que mais de 90% (noventa por cem) da população de Salvador era negra. Tudo bem, até poderia ser, talvez igualando-se à África do Sul, após dedução de brancos, indianos e mestiços. Por mera curiosidade protocolamos ofício (consta em nosso arquivo) com pedido de informação sobre a(s) fonte(s), claro, jamais recebemos resposta, ainda que tenhamos insistido até certa altura.

Por tudo isso e por outras questões não tocadas, Marco Antônio, as tuas perguntas são mais importantes que as respostas pretendidas, pelo menos neste momento.

**Ary Txay**

---

**Email de:** Celene Fonseca

**Para:** unidbrasil

Caro Ari,

Estas questões, fundamentais para o Brasil, estão em nossa cabeça o tempo todo, só nos falta tempo para nos dedicar a elas. Fico feliz em saber que tem gente debruçada sobre o assunto. E sobretudo gente do seu quilate, que ousa ir de encontro a "verdades" instituídas. Nós venceremos um dia, pode ter certeza disso. É só uma questão de tempo e persistência.

O IBGE não construiu categorias mutuamente excludentes e isto cria uma confusão danada. Eu já falei isto, em uma reunião da Associação Brasileira de Antropologia, para o presidente do órgão: o IBGE mistura categorias de cor com categorias étnicas. Em suma, a pessoa pode ter cor marrom (ou parda) e ser indígena, por exemplo. Neste censo, até eu fiquei na dúvida, mas terminei optando pela categoria indígena. A cor é importante no caso de eventual necessidade de busca por pessoas e, principalmente, pelo fato de o racismo à brasileira ser de marca (fenótipo) e não de origem. Ou seja, quanto mais clara for a pessoa mais beneficiada ela é. Isto é fato. E um governo responsável tem que, no mínimo, ir à raiz imediata do problema para tentar saná-lo.

A autodefinição étnica é sumamente interessante. É aí que a gente pode medir o avanço da conscientização sobre nossas origens. O IBGE devia ser mais honesto se não quisesse falsear os resultados. Neste sentido, uma explicação da diferença entre as duas categorias é imprescindível - e não é tão complicado realizar.

Uma coisa é certa: por trás da categoria "pardo" se esconde uma infinidade de indiodescendentes. Só é preciso fazê-los vir à tona. Nós temos que fazer valer este direito (um direito, Ari, do qual você foi um dos grandes articuladores; o Piauí "não tem índios", mas tem indiodescendentes; e como!).

Tem mais: esta emergência indiodescendente será fadada ao insucesso se se distanciar da questão afrodescendente. Eu mesma não embarco nesta canoa furada. Por quê? porque não é real. Os fatos devem primar sobre o todo. O encontro entre índios e negros é real, inclusive nos quilombos - quase todos têm base indígena (até o de Palmares). Se distanciar dos negros é servir de correia de transmissão para os brancos. É incoerente apoiar os invasores. E é tudo que eles querem! Híbrido que fica sem saber para que lado vai, dança. E nesta dança hedionda dança o país inteiro. Aliás, vem dançando. Chega de infortúnios, nós queremos nos encontrar! Jogar para longe todos os estigmas, apropriando-se deles.

Abraços,

**Celene (Salvador-Ba)**

---

**Email de:** José Carlos Bahiana Machado Filho

**Para:** Celene Fonseca

Celene:

Comungo em 100% da tua idéia. Eu imagino a grande quantidade de pessoas incompetentes e desconhecedoras desse assunto fazendo parte de entidades sérias como o IBGE.

Por isso mesmo vemos como necessárias as nossas ações conscientizadoras. Elas naturalmente vêm surtindo efeitos, mas a luta é árdua.

Tenho a certeza de que em breve conseguiremos construir um Brasil mais digno.

Aquele abração,

**José Carlos Bahiana Machado Filho**